

Editorial

Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique

A presente secção da Njinga & Sepé reúne oito estudos que, a partir de problemas distintos, convergem numa interrogação comum: de que modo a produção de conhecimento pode dialogar com realidades concretas, culturalmente situadas, e contribuir para compreender desafios contemporâneos de Angola e Moçambique? A diversidade temática deste conjunto não constitui dispersão. Pelo contrário, torna visível a amplitude de questões que atravessam sociedades marcadas por pluralidade linguística e cultural, por transformações educativas, por debates éticos e jurídicos, e por exigências crescentes de gestão sustentável dos territórios e dos recursos naturais.

A organização editorial dos oito estudos segue três blocos temáticos. O primeiro - Educação, Línguas e Culturas - aproxima investigações sobre ensino bilíngue, educação ambiental na infância e ritos de iniciação, reconhecendo que a aprendizagem ocorre tanto em instituições formais como em espaços comunitários e culturais. O segundo - Direitos Humanos, Ética e Sociedade - articula duas reflexões que colocam no centro a dignidade humana, os limites da ação individual e coletiva, bem como a responsabilidade perante a vida, a técnica e as gerações futuras. O terceiro - Ambiente, Território e Desenvolvimento - reúne estudos sobre mobilidade urbana, conservação da biodiversidade e caracterização hidrográfica, evidenciando como as decisões relativas ao território dependem de informação, fiscalização, planeamento e participação social.

As contribuições apresentam metodologias diversas - estudos de caso, pesquisa bibliográfica, abordagens qualitativas e quantitativas, trabalho de campo, observação, questionários, entrevistas e análise cartográfica - e refletem, também, diferentes tradições disciplinares. Essa pluralidade metodológica é coerente com a natureza dos objetos investigados: língua e educação, violência e direitos, filosofia e ética ambiental, transportes,

conservação e hidrografia, exigem instrumentos próprios, mas podem ser lidos em conjunto quando se procura perceber as relações entre conhecimento, políticas públicas, práticas sociais e desenvolvimento.

Ao reunir trabalhos centrados em contextos angolanos e moçambicanos, esta edição reafirma a vocação da revista para promover circulação de saberes produzidos a partir de África e sobre realidades africanas, valorizando abordagens que não separam o rigor académico das circunstâncias históricas, sociais e culturais em que os problemas se inscrevem. O percurso de leitura proposto pelos três blocos permite, assim, passar da escola e das línguas às questões da dignidade e da responsabilidade, e destas às formas de organizar, proteger e conhecer os territórios.

Bloco I: Educação, Línguas e Culturas

O bloco abre com o estudo de João Cristóvão Da Silva Mussoque e Alexandre António Timbane, «O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola». Os autores partem da diversidade linguística angolana e do lugar central que o português ocupa no sistema educativo para discutir a presença das línguas nacionais na escola. O trabalho enquadra essa presença na legislação e na história sociolinguística do país, ao mesmo tempo que problematiza as condições concretas de implementação de práticas bilingues. A valorização das línguas africanas é apresentada, não apenas como questão linguística, mas como componente de inclusão, identidade cultural e igualdade de oportunidades.

A investigação chama a atenção para obstáculos que não se resolvem por decisão normativa: formação de professores, disponibilidade de materiais didáticos, atitudes sociais perante as línguas nacionais e condições institucionais para o seu uso pedagógico. Nesse sentido, o ensino bilíngue aparece como possibilidade de aproximar escola e repertórios linguísticos dos alunos, sem ignorar o papel do português como língua oficial e de comunicação alargada. O interesse do estudo reside precisamente nessa tensão entre unidade do sistema e pluralidade linguística, mostrando que políticas inclusivas exigem mais do que reconhecimento simbólico da diversidade.

Em seguida, Viegas Cassamuca Muandumba apresenta «Água, recurso finito: uma sequência didáctica sobre o uso racional da água explorando

recursos tecnológicos no ensino pré-escolar». O texto desloca a reflexão ambiental para a educação de infância e propõe uma sequência didática em que recursos tecnológicos, atividades lúdicas, diálogo, trabalho colaborativo e experiências práticas se articulam em torno da consciencialização para o uso racional da água. A abordagem assume que atitudes de cuidado ambiental podem ser construídas desde cedo, mediante situações de aprendizagem que mobilizem curiosidade, observação e participação.

A visita de campo ao Centro de Produção, Tratamento e Distribuição de Água do Lubango acrescenta uma dimensão experiencial à proposta, permitindo relacionar conteúdos trabalhados no espaço educativo com processos concretos de captação, tratamento e distribuição. O estudo evidencia, assim, a relevância de integrar educação ambiental, tecnologias e contacto com o meio envolvente, transformando um tema global – a finitude dos recursos hídricos – numa aprendizagem próxima das crianças e do seu quotidiano.

O terceiro texto do bloco, de Rafael Armando Benzane, «Winela emwali: análise dos valores transmitidos às raparigas nos ritos de iniciação e a sua relação com a tolerância à violência doméstica», conduz a leitura para um espaço educativo de natureza comunitária e tradicional. A pesquisa, realizada na Ilha de Moçambique, analisa determinados valores transmitidos nos ritos de iniciação femininos e procura compreender de que modo alguns ensinamentos associados à submissão, à paciência e aos deveres conjugais podem relacionar-se com a tolerância de situações de violência doméstica.

A opção por uma abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas a interlocutores religiosos, tradicionais, comunitários e institucionais, permite reunir perceções distintas sobre uma matéria sensível. O texto regista, ainda, fatores familiares, religiosos, culturais, sociais e económicos associados à denúncia ou à desistência de denúncias. Importa sublinhar um cuidado metodológico presente na versão final do estudo: os resultados apontam para relações percebidas no contexto investigado, mas não sustentam uma causalidade generalizável entre ritos de iniciação e violência doméstica.

Lidos em conjunto, os três estudos do primeiro bloco mostram que educação e cultura não podem ser reduzidas ao espaço formal da sala de aula. A língua usada para ensinar, as experiências ambientais propostas às crianças

e os valores transmitidos em práticas comunitárias participam na formação de sujeitos e na organização das relações sociais. Os artigos revelam, também, que nenhuma intervenção educativa é neutra: escolhas linguísticas, conteúdos, métodos e tradições produzem efeitos sobre pertença, participação, autonomia e acesso a direitos.

Este primeiro percurso estabelece uma ponte direta com o bloco seguinte. Quando a educação é pensada em relação com inclusão, sustentabilidade, género e formas de participação social, torna-se inevitável discutir os princípios éticos e jurídicos que orientam decisões individuais e coletivas. É nesse horizonte que os textos seguintes abordam a vida, a dignidade humana, a responsabilidade tecnológica e a justiça ambiental.

Bloco II: Direitos Humanos, Ética e Sociedade

Zefanias Jone Magodo, em «A controvérsia entre a prática da eutanásia e o direito à vida na perspectiva dos direitos humanos: um estudo de caso da Cidade de Chimoio, Moçambique», examina um debate que atravessa direito, ética, medicina e concepções de dignidade. A investigação combina pesquisa bibliográfica e trabalho de campo com 42 participantes, recorrendo, consoante os grupos envolvidos, a entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação direta. Entre os resultados, destaca-se uma diferença entre o conhecimento geral do significado de eutanásia e o conhecimento mais específico das suas modalidades.

O estudo situa a controvérsia no quadro constitucional moçambicano do direito à vida e apresenta a posição do autor quanto à necessidade de aprofundamento jurídico da matéria. Mais do que encerrar o debate, o texto explicita a tensão entre argumentos que invocam o alívio do sofrimento e aqueles que enfatizam a proteção da vida como direito fundamental. A pesquisa reconhece que a complexidade do tema não se esgota nas perceções recolhidas e abre espaço para investigações futuras, discussão normativa e clarificação conceptual.

A reflexão de Ezequiel Ernesto Lampião, «A ética ambiental na era do desenvolvimento tecno-científico», alarga a noção de responsabilidade para as relações entre sociedade, técnica, natureza e futuro. A partir de uma abordagem hermenêutica, o artigo coloca em diálogo Hans Jonas e Severino Ngoenha para discutir o progresso tecno-científico à luz do desenvolvimento

sustentável, da proteção ecológica e da justiça. O problema ambiental surge, deste modo, não apenas como questão técnica, mas como questão moral, política e cultural.

Ao aproximar responsabilidade perante as gerações futuras, solidariedade e justiça planetária, o estudo chama a atenção para as assimetrias que marcam os efeitos da degradação ambiental e das alterações climáticas. A perspetiva africana ocupa lugar relevante na argumentação, sobretudo quando se questionam modelos de desenvolvimento que reproduzem dependências económicas ou transferem custos ambientais para sociedades mais vulneráveis. O texto propõe, assim, uma ética capaz de articular progresso, limites, responsabilidade e autonomia na procura de respostas socialmente justas.

Bloco III: Ambiente, Território e Desenvolvimento

O terceiro bloco inicia-se com «Análise da qualidade do serviço de transporte público na comuna-sede do Município de Cabinda», de Estevão Ngoma Custódio Mango e José Baptista Fernando do Rosário. O estudo aborda a mobilidade urbana através da avaliação do transporte coletivo por autocarros, utilizando métodos dedutivo e estatístico, e técnicas como questionário, entrevista, observação participante e análise documental. Os resultados revelam avaliações particularmente negativas em dimensões como acessibilidade às paragens, frequência do serviço, sistema de informação, condições físicas dos locais de paragem e confiabilidade dos horários.

Ao mesmo tempo, alguns indicadores, designadamente o tempo de viagem e a lotação fora dos períodos de maior procura, apresentam avaliações intermédias. A leitura global, contudo, aponta para uma qualidade insuficiente do serviço. O interesse do trabalho ultrapassa a descrição de perceções dos passageiros: ao identificar fragilidades específicas, oferece elementos para discutir planeamento da mobilidade, informação ao utilizador, infraestrutura urbana, assim como capacidade de resposta dos operadores e das entidades públicas. A qualidade do transporte torna-se, neste enquadramento, parte do direito efetivo à cidade e do acesso quotidiano a emprego, educação, saúde e outros serviços.

Na sequência, Zefanias Jone Magodo & Gessica da Cecilia Mendes regressam com «A efectividade dos mecanismos de fiscalização no combate à

caça furtiva no Parque Nacional de Mágoè em Tete, Moçambique». A pesquisa combina componentes qualitativas e quantitativas e centra-se na perspetiva de gestores do parque sobre os instrumentos utilizados no combate à caça ilegal. Entre os mecanismos identificados, encontram-se patrulhas regulares, envolvimento das comunidades locais, ações de educação e sensibilização, presença de agentes de proteção ambiental e cooperação com organizações não governamentais.

O estudo mostra, porém, que a existência de mecanismos não garante por si só a sua eficácia. Limitações de financiamento, dificuldades de formação, corrupção e tensões entre práticas comunitárias e normas de conservação condicionam os resultados. Por isso, a fiscalização é apresentada em articulação com participação comunitária, alternativas de subsistência, capacitação e planeamento. A conservação da biodiversidade surge, assim, como tarefa simultaneamente institucional, social e territorial, dependente da confiança entre autoridades e comunidades e da continuidade dos recursos destinados à proteção.

Fecha o conjunto o estudo de Ectiândro Stélio Benjamim Lino, «Caracterização morfométrica da rede hidrográfica do rio Caculuar, no município do Lubango, Angola». Com carácter descritivo e abordagem quali-quantitativa, a investigação mobiliza revisão bibliográfica, métodos dedutivo, observacional e cartográfico, além de trabalho de campo com instrumentos de localização, medição e registo. A caracterização da rede hidrográfica e da bacia permite sistematizar parâmetros dimensionais, lineares e morfométricos relevantes para compreender a dinâmica do rio Caculuar e a organização espacial da drenagem.

O valor do estudo não se limita à descrição física. Ao relacionar a rede hidrográfica com ordenamento do território, preservação dos recursos hídricos e ensino da geografia, o trabalho aproxima conhecimento científico, planeamento e educação. Num território em que os cursos de água interagem com áreas urbanas e com diferentes usos do solo, dados morfométricos podem apoiar leituras mais informadas sobre drenagem, riscos, ocupação do espaço e proteção ambiental. A dimensão pedagógica reforça, ainda, a importância do conhecimento da geografia local na construção de aprendizagens contextualizadas.

Os oito estudos reunidos mostram, por caminhos distintos, que desenvolvimento e bem-estar dependem da qualidade das mediações entre conhecimento e ação. A inclusão linguística exige políticas e recursos; a educação ambiental exige experiências significativas; a análise de práticas culturais exige cuidado metodológico; os debates sobre vida e tecnologia exigem princípios éticos; a mobilidade urbana exige planeamento e informação; a conservação exige fiscalização e participação; e o ordenamento territorial exige conhecimento rigoroso das características físicas do espaço.

Bloco IV: Arte literária, Linguística e Expressão Artística

Este último bloco é composto por dez (10) textos literários e duas (2) resenhas críticas. O poema «Chamada» é da autoria de José D'Assunção Barros; «Entre enchentes e chamadas: a hipocrisia em ebulição», de Marcelo Calderari Miguel; «Dói-me tanto», de Bonete Júlio João Chaha; «Yamen-Hitep» e «Mwana a Mboka», de Peresch Aubham Edouhou; e «A catana na mão», de Milton Gaspar Domingos. O conto «A confissão» é da autoria de Sousa Horácio Bartolomeu; o texto «Autoria de mim, Eliáca Oquete Indi mais chamado por: Poeta El Code», de Eliáca Oquete Indi; «Filosofia poética I: todo poema é filosófico, mas nem toda filosofia é poética», de José Ngola Carlos; e «O horizonte grita», de Marcelo Calderari Miguel. O bloco inclui, ainda, duas resenhas críticas: «O bebedor de horizontes: o exílio e o ressurgir de um herói nacional», de António N'Runca, e «O futuro das línguas ágrafas: um olhar crítico à luz do artigo “Políticas da UNESCO para línguas ameaçadas”, de Larissa da Silva Lisboa Souza», de Pedro Djedjo.

A diversidade dos trabalhos constitui, por isso, a principal força deste conjunto. Em vez de oferecer uma única resposta para realidades complexas, a edição coloca em circulação perguntas, dados, interpretações e propostas produzidas a partir de contextos concretos de Angola e Moçambique. Ao fazê-lo, reforça a importância de uma ciência atenta às especificidades locais, aberta ao diálogo interdisciplinar e comprometida com a construção de sociedades mais inclusivas, responsáveis e sustentáveis.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Paula Isabel Marques Martins Baptista Querido



ORCID iD <https://orcid.org/0009-0006-8473-4045>

Minibiografia

Paula Isabel Marques Martins Baptista Querido é doutorada em *Estudios Lingüísticos* pelas Universidades de Vigo e da Corunha, com investigação na área de Português Língua Estrangeira. Possui o Máster en Traducción y Paratraducción, pela Universidade de Vigo, e o Mestrado em Ensino de Português e Espanhol, pela Universidade de Coimbra, onde concluiu também as licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Franceses) e em Línguas e Literaturas Modernas (Espanhol e Português). É docente convidada de Português Língua Estrangeira na Universidade de Vigo, e professora de Português e de Espanhol no ensino secundário. Tem experiência no ensino de Português, Português Língua Estrangeira e Espanhol Língua Estrangeira em diferentes níveis e contextos educativos. Tem, também, experiência como formadora no Coimbra Business School | ISCAC e no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Para citar este texto (ABNT): QUERIDO, Paula Isabel Marques Martins Baptista. Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.11-18, jul./dez.2026.

To cite this text (APA): Querido, Paula Isabel Marques Martins Baptista (jul./dez.2026). Entre línguas, direitos e territórios: educação, sociedade e ambiente em Angola e Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 11-18.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>